



**ORDEM
DO CARMO**
* 1736 *

VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA DE NOSSA SENHORA DO CARMO

Relatório e Contas | 2020





**ORDEM
DO CARMO**
* 1736 *



Página 2

CONTEÚDO

Relatório de Gestão	5
Balanço	13
Demonstração dos Resultados por Naturezas	14
Demonstração de Alterações nos Fundos Patrimoniais	15
Demonstração de Fluxos de Caixa	17
Anexo às Demonstrações Financeiras	18



ORDEM
DO CARMO
* 1736 *



NIF: 500746974
Praça Carlos Alberto, Nº 1/4
4050 - 157 - Porto

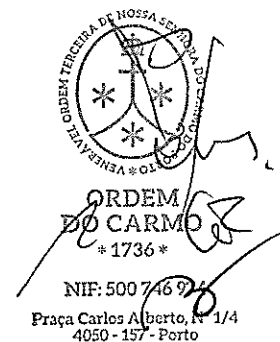
Página 3

INDICE

INDICE	3
RELATÓRIO DE GESTÃO	5
BALANÇO	12
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	13
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS	14
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	16
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	17
1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE	17
2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	18
2.1. Bases de Apresentação	18
2.2. Derrogação das disposições da NCRF-ESNL	19
2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras	19
3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	19
3.1. Bases de Apresentação	19
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração	20
4. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS ...	27
5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	28
6. ATIVOS INTANGÍVEIS	30
7. FINANCIAMENTOS OBTIDOS	31
8. INVENTÁRIOS	31
9. RÉDITO	32
10. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES, ATIVOS CONTINGENTES E GARANTIAS	32
11. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	33
12. EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO	33
13. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS	33
14. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS	34
15. OUTRAS INFORMAÇÕES	34
15.1. Investimentos Financeiros	35
15.2. Clientes e Utentes	35
15.3. Créditos a Receber	36
15.4. Diferimentos	37
15.5. Outros ativos correntes	37
15.6. Caixa e Depósitos Bancários	38
15.7. Fundos Patrimoniais	38
15.8. Provisões	39
15.9. Fornecedores	40



ORDEM
DO CARMO
* 1736 *



Página 4

15.10.	Estado e Outros Entes Públicos	40
15.11.	Outros Passivos Correntes.....	41
15.12.	Subsídios, Doações e Legados à Exploração	41
15.13.	Fornecimentos e serviços externos.....	42
15.14.	Outros rendimentos	42
15.15.	Outros gastos	43
15.16.	Resultados Financeiros	43
16.	APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	43
17.	EVENTOS SUBSEQUENTES	44
18.	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	44



Exmas. Irmãs e Exmos. Irmãos da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo

Nos termos das disposições Estatutárias, temos a honra de submeter à Vossa apreciação o Relatório de Gestão e Contas relativo ao período de 31 de dezembro de 2020.

RELATÓRIO DE GESTÃO

Pretende-se, com o presente Relatório, dar conhecimento, a todos os Irmãos e às Entidades com quem esta Instituição se relaciona no seu dia-a-dia, dos factos e ocorrências mais relevantes que se verificaram no decurso deste exercício respeitante à atividade socioeconómica da **Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo**, no exercício de 2020.

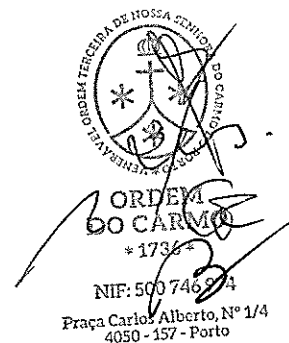
1. ANÁLISE DA CONJUNTURA ECONÓMICA

ECONOMIA INTERNACIONAL

Verificou-se em 2020 uma quebra acentuada da atividade económica mundial que, de acordo com a Comissão Europeia, andarà em torno dos -3,5 % (+2,9 % em 2019). Esta redução do produto interno bruto (PIB) só encontra paralelo na Grande Depressão de 1929, sendo extensível a todas as economias avançadas e a um conjunto alargado de países emergentes e em desenvolvimento.

A queda acentuada da atividade económica reflete o impacto da pandemia do COVID-19, mais concretamente a redução da atividade da indústria, comércio e serviços, a deterioração do mercado de trabalho (uma das principais vítimas da pandemia) e a maior instabilidade dos mercados financeiros internacionais. De todas as grandes economias mundiais, a China foi a única a crescer em 2020.

A pandemia provocou já milhões de mortos em todo o mundo e afetou a forma como todos vivemos, causou e continuará a causar profundas mudanças estruturais na economia. A pandemia teve impacto de forma particularmente grave nos mais desfavorecidos, a pobreza extrema global aumentou pela primeira vez, em mais de 20 anos, como resultado dos distúrbios causados. O mundo entrou na pandemia de COVID-19 com desequilíbrios externos persistentes e pré-existent. Uma



vez superada a pandemia, reduzir estes desequilíbrios exigirá esforços coletivos de reformas adicionais.

As perspetivas de recuperação económica a nível mundial são crescentes apesar da segunda vaga de COVID-19 em muitos países. Por detrás das previsões está a criação de várias vacinas, assim como a recuperação da economia chinesa que, segundo a OCDE, liderará a recuperação mundial. A distribuição das vacinas é uma das chaves para baixar os riscos económicos, nomeadamente repetidos confinamentos, pressão constante sobre os sistemas de saúde e distanciamento social voluntário extensivo.

Após o colapso causado pela pandemia, a atividade económica mundial deverá crescer cerca de 4% em 2021, devendo, no entanto, permanecer por um período prolongado abaixo das tendências registadas antes da pandemia. Os riscos negativos incluem a possibilidade de maior ressurgência do vírus, atrasos na vacinação e efeitos mais severos para a produção económica.

Os pacotes de apoio criados pelos governos e pelo setor financeiro para diminuir o impacto económico da crise sanitária desempenham um papel importante na recuperação da economia mundial, o FMI alerta para o facto de que os governos devem garantir que estes não sejam retirados prematuramente.

ENQUADRAMENTO PORTUGAL

A pandemia COVID-19 afetou profundamente a atividade económica em 2020 em Portugal, tal como no resto do mundo. As medidas de contenção da crise de saúde pública e a atitude de precaução dos agentes económicos determinaram uma queda sem precedentes do PIB. Em 2020 verificou-se uma queda do PIB de cerca de 8,1%. A quebra foi mais abrupta no primeiro semestre de 2020, no entanto, o surgimento de uma segunda vaga determinou a inversão da trajetória de recuperação

Em 2020, a economia portuguesa apresentou necessidades líquidas de financiamento face ao exterior. A deterioração da balança corrente e de capital decorre da evolução da balança de bens e serviços e, em particular, da redução do excedente dos serviços relacionados com o turismo, um setor importante na atividade económica em Portugal.



O agravamento da dívida das empresas, o aumento da exposição da banca ao risco soberano, e os riscos de uma correção em baixa do imobiliário, estão entre as vulnerabilidades apontadas pelo Banco de Portugal.

O emprego diminuiu cerca de 2,3% em 2020, o que constitui uma queda inferior à que seria expectável dada a relação entre emprego e atividade observada em recessões anteriores. Esta reação atenuada refletiu o impacto das medidas de apoio às empresas, em particular, o regime de *layoff* simplificado e os apoios aos trabalhadores independentes. Em resultado, a produtividade por trabalhador caiu 5,9% em 2020. A taxa de desemprego aumentou de 6,5% em 2019 para 7,2% em 2020. O consumo privado, principal componente da procura, caiu cerca de 6,8% em 2020.

Com a dissipação das medidas de contenção e da incerteza acerca da pandemia, prevê-se que o consumo privado retome a trajetória de recuperação, uma melhoria gradual do mercado de trabalho e um aumento da produtividade por trabalhador. A recuperação lenta do emprego decorre da evolução prospetivada para os setores mais expostos aos contatos pessoais, ligados ao alojamento, restauração, viagens e serviços recreativos.

As perspetivas económicas permanecem rodeadas de elevada incerteza, estando muito dependentes da evolução da doença e da rapidez da vacinação em larga escala. Embora se projete uma retoma da atividade económica em 2021, com um crescimento do PIB de cerca de 3,9%, o seu ritmo será condicionado pelo impacto da crise sobre a capacidade produtiva e pela necessária reafecção de recursos entre empresas e entre setores.

O aumento do endividamento dos setores público e privado e do risco de crédito coloca desafios importantes à economia portuguesa nos próximos anos. A atuação das políticas nacionais e supranacionais continuará a ter um papel fundamental na recuperação e resiliência da economia portuguesa, devendo promover a retoma do investimento e a correta afetação de recursos.



2. A VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA DE NOSSA SENHORA DO CARMO

As Ordens Terceiras tiveram na sua origem a intenção de estender aos leigos os benefícios espirituais das regras monásticas e alguns privilégios, graças e indulgências de que gozavam os religiosos regulares.

A Ordem Terceira do Carmo, fundada em 1736, teve a sua sede, de início, no Convento dos Carmelitas Descalços, mas, em 13 de maio de 1751, o Prior dos Carmelitas portuenses e os seus religiosos concordaram em ceder aos Terceiros o terreno e umas casas onde estes haviam de edificar a sua Capela e Casas da Secretaria.

No dia 29 de agosto de 1756, lançou-se a primeira pedra para a construção da Igreja da Ordem Terceira do Carmo. As obras começaram imediatamente de modo a que a Capela-Mor fosse utilizável como uma pequena igreja, tendo aberto ao culto em 24 de julho de 1768 enquanto se continuava a construção do templo.

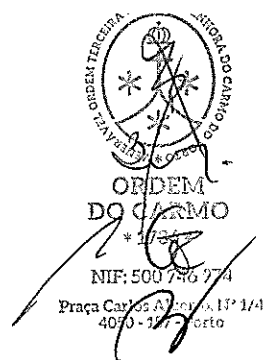
O projeto foi da autoria do Arquiteto e Pintor José de Figueiredo Seixas, embora a Ordem, após ouvir a opinião de Nicolau Nasoni, decidisse alterar o projeto do varandim do frontispício da igreja.

A fachada lateral toda revestida de magníficos azulejos, formando 6 painéis, tem no painel maior a Imposição do Escapulário no Monte Carmelo. O autor do risco foi o artista italiano Silvestro Silvestri que, como gratificação, entrou em 1912 para Irmão da Ordem Terceira.

Terminada a construção da Igreja, a Ordem ocupou-se de uma obra não menos meritória, e edifica a casa onde os Irmãos pobres fossem recolhidos e tratados nas suas enfermidades – o Hospital.

O Hospital foi inaugurado em 08 de fevereiro de 1801 e manteve-se em atividade durante mais de 200 anos, tendo sido encerrado por decisão da Ordem, no ano de 2012, depois de vários anos com elevadas perdas, não resistindo à concorrência dos grandes grupos privados entretanto chegados à saúde e construído Hospitais no Porto.

Durante as invasões francesas, o Hospital do Carmo destacou-se pelo elevado profissionalismo do seu pessoal médico e de enfermagem, tratando igualmente soldados franceses e portugueses, tendo sido objeto de manifestações de apreço de ambos os lados do conflito. Recordar-se que um regimento



do General Soult ocupou as instalações do Convento dos Carmelitas e passou a utilizar o Hospital para tratar os seus feridos.

Em 1869, é inaugurado e benzido, em Agramonte, o Cemitério da Ordem do Carmo, que ainda hoje é o maior cemitério privado no Porto, com cerca de 2000 sepulturas das quais mais de 1000 são jazigos.

Em 1875, a Ordem do Carmo, inaugura um Asilo para recolher os Irmãos pobres, dando início a uma atividade que se mantém ainda hoje através do seu atual Lar. Estas funções sociais da Ordem, conjuntamente com a Residência Sénior, constituem atualmente as principais atividades da Instituição.

A completar com informação ERPI

3. ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE

Este relatório tem como finalidade dar conhecimento a todos os Irmãos e Entidades com quem a Ordem do Carmo se relaciona, dos factos e acontecimentos mais relevantes que se verificaram no decorrer deste exercício no que se refere à atividade socioeconómica no ano de 2020.

Destacamos a seguir as principais atividades desenvolvidas pela Mesa Administrativa no decurso de 2020:

- ERPI – Concluídos os trabalhos no 1º piso em 2018, as novas vagas dos quartos da residência foram preenchidas no início de 2019, pagando os novos residentes, em mensalidades, a sua estadia, daí resultando uma receita regular acrescida para a Ordem.
- Circuito Turístico – O Circuito turístico passou a incluir novas salas, a sala dos Paramentos, Sala dos Hábitos, Sala do Senhor dos Passos, bem como uma loja de vendas de artigos relacionados com a Ordem do Carmo. O circuito passou a ser mais apelativo, o número de visitantes aumentou consideravelmente em 2019, bem como a respetiva receita.
- Cemitério – Implementou-se um serviço de limpeza regular em todo o cemitério, tornando-o um espaço muito mais cuidado. A venda de concessões de Jazigos atingiu valores apreciáveis em 2019, sendo agora uma das fontes de receita importante da Ordem.



- Visita da C.M.Porto – Em julho de 2019 uma delegação da C.M.P. encabeçada pelo Presidente e incluindo dois vereadores visitou a Ordem do Carmo tecendo comentários elogiosos à obra de recuperação que está a ser levada a efeito pela atual Mesa Administrativa.

Agradecemos aos nossos colaboradores todo o empenho e esforços demonstrados para que se consiga atingir o equilíbrio financeiro da Ordem do Carmo, verificando-se que os resultados de 2019 apresentam já uma considerável melhoria em relação ao ano anterior.

Com o contributo de todos, a Ordem do Carmo vai recuperando gradualmente da situação difícil em que se encontrava e acreditamos que está no caminho certo para voltar, num futuro próximo, ao lugar a que tem merecimento na cidade do Porto.

4. DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E AO CENTRO REGIONAL E SEGURANÇA SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2020, a Ordem do Carmo não tinha quaisquer dívidas nem à Administração Fiscal nem à Segurança Social.

5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Mesa Administrativa propõe que o resultado líquido negativo de 302.429,62 euros (Trezentos e Dois Mil Quatrocentos e Vinte e Nove Euros e Sessenta e Dois Cêntimos) seja transferido na sua totalidade para a rubrica de Resultados Transitados.

6. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e, ou, divulgação nas contas do exercício, nomeadamente situações ambientais e laborais que possam pôr em causa a atividade futura da empresa.

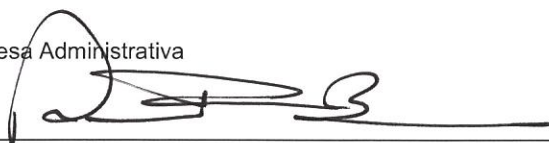
7. AGRADECIMENTOS

A todos os colaboradores, funcionários, pessoal de enfermagem e demais fornecedores e prestadores de serviços da Ordem do Carmo que em tempos de tanta angústia, de tanta carência e de tanto sacrifício permaneceram fiéis ao serviço dos mais carenciados, dos mais dependentes, dos que mais sofrem, a Mesa Administrativa deixa bem expresso o seu reconhecimento, o seu respeito, o seu afeto que mais não são do que o justo reconhecimento, respeito e afeto da Venerável Instituição que somos chamados a servir.

Aos Irmãos e à Mesa da Assembleia Geral apresentamos os nossos melhores cumprimentos e agradecemos o apoio e colaboração prestada.

Porto, 3 de maio de 2021

A Mesa Administrativa



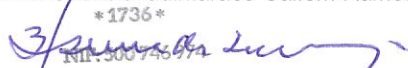
Provedor - Rui Manuel Teixeira de Oliveira Barbosa



Vice-Provedor - João Ruy Ribas dos Santos



Tesoureiro - Maria Gabriela Guimarães Gaifem Ramos



1.º Secretário - Francisco Bernardo Almada Lobo

2.º Secretário - José Manuel Cardoso Cabral de Menezes

BALANÇO

VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA DE NOSSA SENHORA DO CARMO
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(valores em Euro)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2020	2019
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	9 224 941,05	8 667 667,62
Ativos intangíveis	6	377,14	754,74
Investimentos financeiros	15.1	3 982,48	2 889,11
		9 229 300,67	8 671 311,47
Ativo corrente			
Inventários	8	5 503,56	2 411,29
Clientes	15.2	17 794,62	254 894,13
Estado e outros Entes Públicos	14; 15.10	492,50	4 985,73
Créditos a receber	15.3	34 633,25	73 642,91
Diferimentos	15.4	2 090,60	514,02
Outros ativos correntes	15.5	4 994,04	5 017,85
Caixa e depósitos bancários	15.6	318 844,01	294 541,43
		384 352,58	636 007,36
Total do ativo		9 613 653,25	9 307 318,83
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	15.7	719 946,63	719 946,63
Reservas	15.7	243 502,52	243 502,52
Resultados transitados	15.7	-9 732 494,41	-9 809 230,59
Excedentes de revalorização	15.7	13 066 945,48	13 397 560,27
Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	15.7	1 823 032,63	818 446,63
Resultado Líquido do período	15.7	-302 429,62	-253 878,61
Total do fundo do capital		5 818 503,23	5 116 346,85
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	10; 15.8	0,00	0,00
Fornecedores	15.9	0,00	587 752,27
Outros passivos correntes	15.11	1 353 142,91	748 390,13
		1 353 142,91	1 336 142,40
Passivo corrente			
Fornecedores	15.9	6 373,48	206 062,67
Estado e outros Entes Públicos	14; 15.10	33 603,40	31 091,79
Financiamentos obtidos	7	0,00	0,00
Diferimentos	15.4	1 586 973,90	1 657 829,10
Outros passivos correntes	15.11	815 056,33	959 846,02
		2 442 007,11	2 854 829,58
Total do passivo		3 795 150,02	4 190 971,98
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		9 613 653,25	9 307 318,83

Porto, 3 de maio de 2021

O Contabilista Certificado

Dra. Ana Isabel Prista

A Mesa Administrativa

Provedor - Rui Manuel Teixeira de Oliveira Barbosa

Vice-Provedor - João Ruy Ribas dos Santos

Tesoureiro - Maria Gabriela Guimarães Gaiém Ramos

1.º Secretário - Francisco Bernardo Almada Lobo

2.º Secretário - José Manuel Cardoso Cabral de Menezes

Praça Carlos Alberto, N.º 1/4
4050 - 157 - Porto

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA DE NOSSA SENHORA DO CARMO
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(valores em Euro)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados	9	708 473,84	879 018,21
Subsídios, doações e legados à exploração	15.12	42 030,15	53 187,60
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-17 774,97	-18 535,15
Fornecimentos e serviços externos	15.13	-540 516,76	-553 112,43
Gastos com o pessoal	13	-702 081,37	-746 128,24
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	15.2; 15.3	-5 825,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)	10	0,00	30 000,00
Aumentos/reduções de justo valor	15.1	-19,89	0,00
Outras Imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Outros rendimentos	15.14	672 997,32	336 077,33
Outros gastos	15.15	-269 653,13	-44 442,88
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-112 369,81	-63 935,56
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5; 6	-190 059,81	-189 943,05
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-302 429,62	-253 878,61
Juros e rendimentos similares obtidos	15.16	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	15.16	0,00	0,00
Resultados antes de impostos		-302 429,62	-253 878,61
Imposto sobre o rendimento do período	11	0,00	0,00
Resultado líquido do período		-302 429,62	-253 878,61

Porto, 3 de maio de 2021

O Contabilista Certificado

Dra. Ana Isabel Prista

A Mesa Administrativa

Provedor - Rui Manuel Teixeira de Oliveira Barbosa

Vice-Provedor - João Ruy Ribas dos Santos

Tesoureiro - Maria Gabriela Guimarães Gaifem Ramos

1.º Secretário - Francisco Bernardo Almada Lobo

2.º Secretário - José Manuel Cardoso Cabral de Menezes

NIF: 500 746 977
Praça Carlos Alberto, N.º 1/4
4050 - 157 - Porto



ORDEN
DO CARMO
* 1736 *

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS

VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA NOSSA SENHORA DO CARMO
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2019

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores de entidade-mãe					Total dos Fundos Patrimoniais	
		Fundos	Reservas	Resultados Transfêridos	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		Resultado líquido do período
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO DE 2019	6	719 946,63	243 502,52	-9 274 743,44	13 448 481,83	818 446,63	-585 408,70	5 370 225,46
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Aplicação de resultados		0,00	0,00	-585 408,70	0,00	0,00	585 408,70	0,00
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis		0,00	0,00	50 921,55	-50 921,55	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	7	0,00	0,00	-534 487,15	-50 921,55	0,00	585 408,70	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8						-253 878,61	-253 878,61
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8						331 530,09	-253 878,61
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO								
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO ANO DE 2019	6+7+8+10	719 946,63	243 502,52	-9 809 230,59	13 397 560,28	818 446,63	-253 878,61	5 116 346,85

Porto, 3 de maio de 2021

O Contabilista Certificado

Dra. Ana Isabel Pimenta

A Mesa Administrativa
Provedor - Rui Manuel Teixeira de Oliveira Barbôsa

Vice-Provedor - João Ruy Ribas dos Santos

Tesoureiro - Maria Gabriela Guimarães Galvão Ramos

1.º Secretário - Francisco Bernardo Almeida Lobos

2.º Secretário - José Manuel Cardoso Cabral de Meneses

Praca Carlos Alberto, Nº 1/4
4050 - 157 - Porto

NIPC 500746974

Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, IPSS | Registro nº 59/93 como IPSS das Associações de SS | NIPC 500746974

Praca Carlos Alberto, Nº 1/4 | info@ordemdocarmo.pt | www.ordemdocarmo.pt

Handwritten signatures and notes:
Gabeira G. Infesse de...
3 de maio de 2021
D. Pimenta

VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA NOSSA SENHORA DO CARMO
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2020

DESCRICÃO	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Total dos Fundos Patrimoniais	
		Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		Resultado líquido do período
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO DE 2020	6	719 946,63	243 502,52	-9 809 230,59	13 397 560,28	818 446,63	-253 878,61	5 116 346,85
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Aplicação de resultados		0,00	0,00	-253 878,61	0,00	0,00	253 878,61	0,00
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis		0,00	0,00	330 614,79	-330 614,79	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		0,00	0,00	0,00	1 004 586,00	0,00	0,00	1 004 586,00
	7	0,00	0,00	76 736,18	-330 614,79	1 004 586,00	253 878,61	1 004 586,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8						-302 429,62	-302 429,62
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8						-48 551,01	702 156,38
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO								
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSICÃO NO FIM DO ANO DE 2020	6+7+8+10	719 946,63	243 502,52	-9 732 494,41	13 066 945,48	1 823 032,63	-302 429,62	5 818 503,23

Porto, 3 de maio de 2021
O Contabilista Certificado
Dra. Ana Isabel Prísia

A Mesa Administrativa
Provedor - Rui Manuel Teixeira de Oliveira Barbosa
Vice-Provedor - João Ruy Ribas dos Santos
Tesorero - Maria Gabriela Guimarães Gaiem Ramos
1.º Secretário - Francisco Bernardo Almada Lobbo * 1736 *
2.º Secretário - José Manuel Cardoso Cabral de Menezes
Praça Carlos Alberto, Nº 1/4
4050 - 157 - Porto
www.ordemdocarmo.pt

Handwritten signatures and names:
Gabriela G. Oliveira Ramos
Francisco Bernardo Almada Lobbo
José Manuel Cardoso Cabral de Menezes

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA NOSSA SENHORA DO CARMO
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(valores em Euro)

RUBRICAS	NOTAS	Periodos	
		2020	2019
Fluxos de caixa das atividade operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes e utentes		707 142,75	881 475,82
Recebimentos de subsídios, doações e legados		0,00	0,00
Pagamento a fornecedores		-337 479,80	-604 814,44
Pagamentos ao pessoal		-689 389,11	-709 123,85
Caixa gerada pelas operações		-319 726,16	-432 462,47
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		7 153,66	8 238,93
Outros recebimentos/pagamentos		-240 365,11	80 640,53
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-552 937,61	-343 583,01
Fluxos de caixa das atividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-67 340,04	0,00
Ativos intangíveis		0,00	-1 131,22
Investimentos financeiros		-1 089,45	-1 065,33
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		645 994,31	182 036,92
Juros e rendimentos similares		10,51	138,01
Fluxos de caixa das atividade de investimento (2)		577 575,33	179 978,38
Fluxos de caixa das atividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		-335,14	-1 620,71
Fluxos de caixa das atividade de financiamento (3)		-335,14	-1 620,71
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
Efeito das diferenças de câmbio		24 302,58	-165 225,34
		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		294 541,43	459 766,77
Caixa e seus equivalentes no fim do período	15.6	318 844,01	294 541,43

Porto, 3 de maio de 2021

O Contabilista Certificado

Dra. Ana Isabel Prista

A Mesa Administrativa

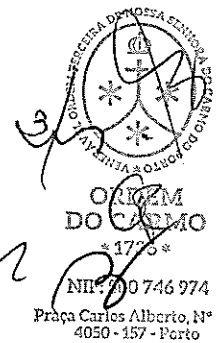
Provedor - Rui Manuel Teixeira de Oliveira Barbosa

Vice-Provedor - João Ruy Ribas dos Santos

Tesoureiro - Maria Gabriela Guimarães Gaifem Ramos

1.º Secretário - Francisco Bernardo Almada Lobo

2.º Secretário - José Manuel Cardoso Cabral de Menezes



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Designação da entidade

Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo

Sede Social

Praça de Carlos de Alberto, n.º 32, 4099-004 Porto

Natureza da atividade

A Venerável Ordem Terceira do Carmo foi instituída no Porto a 13 de julho de 1736. Uma vez erguida a Igreja ainda no século XVIII viria a surgir o seu Hospital com o ruir do século seguinte (1801).

Na sequência da alienação de parte do edifício sede da Ordem do Carmo ocorrida em fevereiro de 2016, procedeu a uma reestruturação da atividade económica da Instituição.

Assim, podemos sistematizar as atuais valências da Ordem do Carmo discriminam-se, como segue:

- 1. Igreja:** Contempla a Igreja do Carmo que é um Templo Majestoso, de rara beleza no estilo Barroco-Rococó. O seu interior, de uma nave só, é cheio de harmonia e enlevo, sendo uma autêntica oração em arte e beleza. A Igreja do Carmo e o serviço de culto religioso desde sempre mereceram um acompanhamento atento por parte da Mesa Administrativa que sempre procurou preservar a vocação religiosa da Instituição e a manutenção, conservação e disponibilidade do seu templo. Em abril de 2018, inaugurou-se a primeira fase do Circuito turístico da Ordem do Carmo, abrangendo a Casa Estreita (Escondida), a Igreja e as Catacumbas onde se instalou a exposição permanente das Pratas da Ordem, que em novembro e dezembro de 2017 estiveram expostas no Museu Soares dos Reis.
- 2. Lares / Residência Permanente:** O sector dos “Lares / Residência Permanente” constitui o núcleo da função social e assistencial da Instituição, pois que é aí onde se concentra a realização máxima do seu objeto estatutário na componente de solidariedade, de apoio e de proteção dos Irmãos mais desprotegidos e carenciados. A Mesa Administrativa sempre teve presente, com muita preocupação, o apelo de quantos procuravam e pediam ajuda na



carência, presença no abandono, assistência na doença, alimentos na fome, companhia na solidão. Atualmente, esta preocupação mantém-se e traduz-se na afetação de 20% dos quartos da ERPI a antigos funcionários e pessoas carenciadas, cuja contribuição é apenas simbólica, acrescendo ainda o fornecimento de refeições a irmãos externos a título gratuito. Esta é a atividade principal presente desenvolvida pela Ordem do Carmo.

3. **Cemitério:** Localizado em Agramonte (desde 1874) é destinado exclusivamente para os Irmãos da Ordem, não podendo obter a cedência dos terrenos para sepulturas ou jazigos, senão os Irmãos Benéficos ou Beneficiados admitidos há mais de um ano. Na seção privativa da ordem, encontram-se alguns dos monumentos mais importantes existentes no Cemitério de Agramonte. Tem a Mesa Administrativa feito um grande esforço para garantir a manutenção do espaço do cemitério em condições de limpeza e de arranjo das áreas ajardinadas, reconhecendo, embora, a necessidade de uma maior intervenção ao nível da conservação dos jazigos e da capela que centraliza o culto no espaço sob gestão da Ordem.

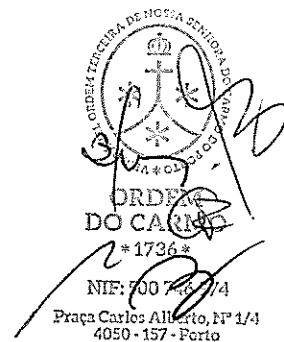
É da opinião da Mesa Administrativa que estas Demonstrações Financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Instituição, relativas ao período de 01 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020 bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa à data de 31 de dezembro de 2020.

As notas que se seguem respeitam a numeração definida pelo Sistema de Normalização Contabilística.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Bases de Apresentação

Em 2020 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL).



2.2. Derrogação das disposições da NCRF-ESNL

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pela NCRF-ESNL.

2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são diretamente comparáveis com o exercício anterior.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1. Continuidade

A Mesa Administrativa entende que na presente data o equilíbrio financeiro da Ordem do Carmo encontra-se fortemente condicionado pelo sucesso das medidas operacionais atualmente em curso, em concreto, o exercício da sua atividade de acolhimento e apoio a idosos.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" (**Notas 15.3 e 15.11**) e "Diferimentos" (**Nota 15.4**).

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma



pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

Os ativos fixos tangíveis, com exceção da rubrica de Edifícios e Outras Construções, encontram-se valorizados ao custo, deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. A rubrica de Edifícios e Outras Construções que foram alvo de reavaliação encontram-se registados ao justo valor.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil ou a capacidade produtiva dos ativos, são reconhecidos no custo do ativo. Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

DESCRIÇÃO	VIDA ÚTIL ESTIMADA (EM ANOS)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	3 a 50
Equipamento de transporte	4 a 10
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	5 a 10
Outros ativos fixos tangíveis	3 a 6

A Ordem do Carmo revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, e encontram-se espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

Em maio de 2010, tomando como base o valor patrimonial tributário, a Ordem procedeu à reavaliação do seu Património Imobiliário (exceto Prédio sito na Rua Clemente Meneses, n.º 74/82 Porto, o qual foi reavaliado com base em relatório de um Perito Avaliador Independente). Os Investimentos em Imóveis doados à Ordem, só a partir do Exercício de 2010 passaram a ser relevados contabilisticamente. Estes Investimentos em Imóveis foram, em 2011, objeto de uma Reavaliação Independente, emitido pela CPU – Consultores de Avaliação, Lda. (Ver **Nota 5**. abaixo).

O Património Artístico, a 31 de dezembro de 2020, passou a ser relevado contabilisticamente. Um relatório de um Perito Independente datado de abril de 2017 estimou que o valor deste património ascende a cerca de 1.005.000 euros (Um Milhão e Cinco Mil Euros).

Com as alterações às Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL), as propriedades de investimento (terrenos e edifícios) passaram a ser reconhecidas como ativos fixos tangíveis, a partir de 01 de janeiro de 2016.

3.2.2. Ativos Intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição de *software* são capitalizados ao custo histórico, assim como os gastos adicionais suportados pela sociedade, necessários à sua implementação.

Os gastos capitalizados são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada dos ativos.

As amortizações dos ativos intangíveis são calculadas pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal, sendo a sua vida útil estimada de 3 anos.

3.2.3. Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade. A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado (matérias-primas, subsidiárias e de Consumos). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

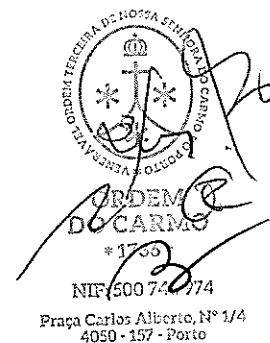
Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.4. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes



Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e Créditos a Receber

Os "Clientes" e os "Créditos a Receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

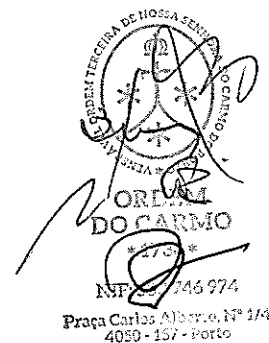
As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período. Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.



Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outros Passivos Correntes

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outros passivos correntes" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.5. Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.6. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um ex-fluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data. Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são

reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.7. Financiamentos Obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Os “Encargos Financeiros” de “Empréstimos Obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda.

A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

3.2.8. Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2016 a 2019 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2020 e 2019, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de dezembro de 2020							
	Saldo em 01-Jan-2020	Aquisições / Dotações	Alienação	Abates	Transferências	Imparidade Acumulada	Saldo em 31-Dez-2020
Custo							
Terrenos e recursos naturais	1 541 881,94	0,00	-95 925,00	0,00	0,00	0,00	1 445 956,94
Edifícios e outras construções	9 253 477,82	58 380,61	-293 647,94	0,00	0,00	0,00	9 018 210,49
Equipamento básico	194 391,37	8 959,43	0,00	0,00	0,00	0,00	203 350,80
Equipamento de transporte	11 723,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11 723,16
Equipamento administrativo	1 204 310,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 204 310,86
Outros ativos fixos tangíveis	7 676,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7 676,45
Bens do património histórico, artístico e cultural	0,00	1 004 586,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 004 586,00
Ativos fixos tangíveis em curso	58 564,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	58 564,00
Total (1)	12 272 025,60	1 071 926,04	-389 572,94	0,00	0,00	0,00	12 954 378,70
Depreciações acumuladas							
Edifícios e outras construções	2 232 588,79	181 430,70	-64 602,55	0,00	0,00	0,00	2 349 416,95
Equipamento básico	154 763,59	6 988,18	0,00	0,00	0,00	0,00	161 751,77
Equipamento de transporte	7 343,64	875,48	0,00	0,00	0,00	0,00	8 219,12
Equipamento administrativo	1 201 985,51	387,85	0,00	0,00	0,00	0,00	1 202 373,36
Outros ativos fixos tangíveis	7 676,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7 676,45
Total (2)	3 604 357,98	189 682,21	-64 602,55	0,00	0,00	0,00	3 729 437,65
Total (1)-(2)	8 667 667,62	882 243,83	-324 970,39	0,00	0,00	0,00	9 224 941,05

31 de dezembro de 2019							
	Saldo em 01-Jan-2019	Aquisições / Dotações	Alienação	Abates	Transferências	Imparidade Acumulada	Saldo em 31-Dez-2019
Custo							
Terrenos e recursos naturais	1 541 881,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 541 881,94
Edifícios e outras construções	9 234 173,87	19 303,95	0,00	0,00	0,00	0,00	9 253 477,82
Equipamento básico	152 520,50	41 870,87	0,00	0,00	0,00	0,00	194 391,37
Equipamento de transporte	6 468,16	5 255,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11 723,16
Equipamento administrativo	1 204 310,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 204 310,86
Outros ativos fixos tangíveis	7 676,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7 676,45
Ativos fixos tangíveis em curso	58 564,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	58 564,00
Total (1)	12 205 595,78	66 429,82	0,00	0,00	0,00	0,00	12 272 025,60
Depreciações acumuladas							
Edifícios e outras construções	2 053 080,45	179 508,34	0,00	0,00	0,00	0,00	2 232 588,79
Equipamento básico	148 948,50	5 815,09	0,00	0,00	0,00	0,00	154 763,59
Equipamento de transporte	6 468,16	875,48	0,00	0,00	0,00	0,00	7 343,64
Equipamento administrativo	1 200 445,56	1 539,95	0,00	0,00	0,00	0,00	1 201 985,51
Outros ativos fixos tangíveis	7 676,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7 676,45
Total (2)	3 416 619,12	187 738,86	0,00	0,00	0,00	0,00	3 604 357,98
Total (1)-(2)	8 788 976,66	-121 309,04	0,00	0,00	0,00	0,00	8 667 667,62

No exercício de 2020, existiu alienações de Ativos Fixos Tangíveis, conforme se detalha abaixo. No exercício de 2019, não existiram alienações de Ativos Fixos Tangíveis.

ALIENAÇÕES 2020	Valor de Aquisição	Valor Contabilístico	Depreciações Acumuladas	Valor de Venda	Mais/Menos Valia
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS					
Rua Conde de Avranches, 519/535, R/C	13 556,03	95 925,00	0,00	107 500,00	11 575,00
Sub-Total	13 556,03	95 925,00	0,00	107 500,00	11 575,00
EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES					
Rua Conde de Avranches, 519/535, R/C	40 668,10	293 647,94	64 602,55	322 500,00	93 454,61
Sub-Total	40 668,10	293 647,94	64 602,55	322 500,00	93 454,61
Total	54 224,13	389 572,94	64 602,55	430 000,00	105 029,61

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as rubricas de Terrenos e Edifícios detalham-se como segue:

INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS	ANO AQUISIÇÃO	CÓDIGO	31.12.2020	31.12.2019
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS				
Praça Carlos Alberto 9/16 - Art 367.º	2010	3537	97 080,00	97 080,00
Praça Carlos Alberto 39/44 - Art 376.º	2010	3531	76 080,00	76 080,00
Praça Carlos Alberto, 27 - Art 371.º	2010	3525	54 070,00	54 070,00
Praça Carlos Alberto, 29/31 - A - Art 373.º	2010	3511	39 580,00	39 580,00
Rua Conde de Avranches, 519/535, R/C	2010	3549	0,00	95 925,00
Rua Guerra Junqueiro, 71 - Art 2134	2010	3595	86 000,00	86 000,00
Rua Guerra Junqueiro, 57 - Art 2135	2010	3593	83 325,00	83 325,00
Cemitério	2011		319 418,75	319 418,75
Outros			690 403,19	690 403,19
Total Ativos Fixos Tangíveis - Terrenos (1)			1 445 956,94	1 541 881,94
EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES				
Praça Carlos Alberto 29/31 - Art 373	2010	3512	96 930,61	96 930,61
Praça Carlos Alberto 1/4 - Art 364	2010	3514	78 097,96	78 097,96
Praça Carlos Alberto, 27 - Art 371.º	2010	3526	132 416,31	132 416,31
Praça Carlos Alberto 39/44 - Art 376	2010	3532	186 318,36	186 318,36
Praça Carlos Alberto 9/16 - Art 367	2010	3538	237 746,94	237 746,94
Edifício Hospital do Carmo - Praça Carlos Alberto, 32 - Art.º 3631	2010		1 259 323,95	1 259 323,95
Edifício de igreja do Carmo - Praça Carlos Alberto - Art.º 363	2010		491 102,04	491 102,04
Rua Conde de Avranches, 519/535, R/C	2010	3550	0,00	234 918,35
Rua Guerra Junqueiro, 57 - Art 2135	2010	3594	204 061,22	204 061,22
Rua Guerra Junqueiro, 71 - Art 2134	2010	3596	204 061,22	204 061,22
Cemitério	2011		785 770,13	785 770,13
Outros			2 992 964,79	3 110 141,93
Total Ativos Fixos Tangíveis - Edifícios (2)			6 668 793,54	7 020 889,03
Total Ativos Fixos Tangíveis (1)+ (2)			8 114 750,48	8 562 770,96

Os Edifícios e Outras Construções, conforme referido na **nota 3.2.1**, foram objeto de reavaliação independente, em 2010 e 2011. Estes bens com a transição para a norma do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) foram considerados como custo, estando em 31 de dezembro de 2020 e 2019 ao custo.

O Património Artístico, a 31 de dezembro de 2020, passou a ser relevado contabilisticamente. Um relatório de um Perito Independente datado de abril de 2017 estimou que o valor deste património ascende a cerca de 1.005.000 euros (Um Milhão e Cinco Mil Euros).

6. ATIVOS INTANGÍVEIS

Relativamente aos Ativos Intangíveis, os movimentos ocorridos, no período de 2020 e 2019, foram os seguintes:

31 de dezembro de 2020				
	Saldo em 01-jan-2020	Aquisições / Dotações	Abates	Saldo em 31-dez-2020
Custo				
Programas de computador	10 504,95	0,00	0,00	10 504,95
Total (1)	10 504,95	0,00	0,00	10 504,95
Amortizações acumuladas				
Programas de computador	9 750,21	377,60	0,00	10 127,81
Total (2)	9 750,21	377,60	0,00	10 127,81
Total (1)-(2)	754,74	-377,60	0,00	377,14

31 de dezembro de 2019				
	Saldo em 01-jan-2019	Aquisições / Dotações	Abates	Saldo em 31-dez-2019
Custo				
Programas de computador	9 373,73	1 131,22	0,00	10 504,95
Total (1)	9 373,73	1 131,22	0,00	10 504,95
Amortizações acumuladas				
Programas de computador	7 546,02	2 204,19	0,00	9 750,21
Total (2)	7 546,02	2 204,19	0,00	9 750,21
Total (1)-(2)	1 827,71	-1 072,97	0,00	754,74

7. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de Financiamentos Obtidos, detalha-se como segue:

Descrição	2020			2019		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Descobertos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

8. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 a rubrica Inventários apresentava os seguintes valores:

	2020	2019
Mercadorias	5 503,56	2 411,29
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00
Total	5 503,56	2 411,29

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a rubrica de Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas detalha-se como segue:

	2020	2019
Inventários iniciais	2 411,29	0,00
Compras	20 867,24	20 946,44
Reclassificação e regularização de inventários	0,00	0,00
Inventários finais	5 503,56	2 411,29
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	17 774,97	18 535,15

9. RÉDITO

Para os períodos de 2020 e 2019 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2020	2019
Lares	505 681,96	453 553,68
Cemitério	113 721,18	220 538,53
Museu	89 070,70	204 926,00
Prestação de Serviços	708 473,84	879 018,21

10. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES, ATIVOS CONTINGENTES E GARANTIAS

Passivos Contingentes

Em 31 de dezembro de 2020, a Ordem do Carmo não tinha processos em curso que possam ser avaliados como passivos contingentes.

Todos os processos em curso, à data da entrada do Plano Especial de Revitalização (PER) encontram-se suspensos dado o cumprimento do PER por parte da Ordem do Carmo.

A Mesa Administrativa não tem conhecimento de qualquer litígio pendente ou potencial ou de qualquer reclamação de natureza fiscal ou outra, com consequências significativas para a Ordem do Carmo.

Ativos Contingentes

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a Ordem do Carmo não tinha processos em curso que possam ser avaliados como ativos contingentes.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2020, não existem quaisquer garantias prestadas.

11. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto corrente contabilizado, é como segue:

Descrição	2020	2019
IRC Liquidado	0,00	0,00
Tributação Autónoma	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

A decomposição do montante de imposto do período reconhecido nas Demonstrações Financeiras é conforme segue:

Descrição	2020	2019
Imposto Corrente	0,00	0,00
Imposto Diferido	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

Conforme o nº 1, alínea a) do art.10º do Código do IRC, estão isentas as instituições particulares de solidariedade social. Ora, sendo a Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) reconhecida pelo Ministro de Estado e das Finanças, onde se define a respetiva amplitude, de harmonia com os fins prosseguidos e as atividades desenvolvidas para a sua realização, está isenta do pagamento de Imposto sobre os Rendimentos de Pessoas Coletivas (IRC).

12. EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a Ordem do Carmo não efetuou transações em moeda estrangeira, não havendo alterações das taxas de câmbio.

13. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os órgãos diretivos da Entidade não auferem qualquer remuneração.

O número médio de empregados da entidade ao longo do ano, e o número no período findo em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, foi de:

	2020	2019
Número médio de empregados	49	48
Número de empregados no fim do período	49	49

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2020	2019
Remunerações ao Pessoal	574 218,51	582 990,92
Indemnizações	476,25	30 000,00
Encargos sobre as Remunerações	118 607,20	120 683,72
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	7 995,92	7 888,84
Gastos de Acção Social	513,40	897,00
Outros Gastos com o Pessoal	270,09	3 667,76
Total	702 081,37	746 128,24

14. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

Informa-se que em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 a Entidade não tem dívidas em mora à Segurança Social nem ao Estado.

15. OUTRAS INFORMAÇÕES

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

15.1. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2020 e 2019, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2020	2019
Outros Investimentos Financeiros		
Outros Métodos	3 982,48	2 889,11
Total	3 982,48	2 889,11

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o montante evidenciado nesta rubrica de 3.982,48 euros refere-se às entregas mensais pela entidade empregadora para o Fundo Compensação Trabalho (FCT), mensuradas ao custo.

15.2. Clientes e Utentes

Para os períodos de 2020 e 2019 a rubrica Clientes encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Clientes e Utentes c/c	17 794,62	254 894,13
Clientes	16 403,62	87,50
Utentes	0,00	253 681,74
Lares Utentes	1 391,00	1 124,89
Clientes e Utentes cobrança duvidosa	147 060,18	90 773,18
Clientes	141 235,18	90 773,18
Lares Utentes	5 825,00	0,00
Total (1)	164 854,80	345 667,31
Imparidades de Clientes e Utentes c/c	-147 060,18	-90 773,18
Clientes	-141 235,18	-90 773,18
Lares Utentes	-5 825,00	0,00
Total (2)	-147 060,18	-90 773,18
Total (1)+(2)	17 794,62	254 894,13

A Mesa Administrativa considera que o saldo da rubrica de Utentes está em 31 de dezembro de 2019 sobreavaliado por um montante, presentemente, não quantificável, em virtude das penhoras ocorridas sobre os montantes a receber das entidades de saúde, entre as quais ADSE, SAMS Quadros, etc., montantes esses recebidos pelos agentes de execução, os quais até à presente data ainda não apresentaram as devidas contas à Ordem do Carmo.

Em 31 de dezembro de 2020, estes montantes no valor de cerca de 254 mil euros, foram desreconhecidos em virtude do tempo já decorrido e não existir qualquer expectativa quanto à sua recuperação.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o movimento das imparidades é como segue:

Imparidades	2020	2019
Início período	90 773,18	90 773,18
Aumentos	5 825,00	0,00
Utilizações	0,00	0,00
Reduções	0,00	0,00
Transferências	50 462,00	0,00
Final do período	147 060,18	90 773,18

A imparidade no valor de 90.773,18 euros, constituída em 2018, refere-se ao Processo ILCN (Instituto Luso-Cubano de Neurologia), presentemente em curso.

Em 31 de dezembro de 2020 foi feita a reclassificação do montante 50.462,00 euros, a título de perdas por imparidade acumuladas em contratos de arrendamento da rubrica de "Créditos a Receber" para a rubrica de "Clientes e Utentes".

15.3. Créditos a Receber

A rubrica Créditos a Receber, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, detalha-se como segue:

Descrição	2020	2019
Pessoal	12 472,88	0,00
Adiantamentos de fornecedores	0,00	6 611,44
Devedores por acréscimos de rendimentos	100,00	0,00
Outros Devedores	22 060,37	117 493,47
Perdas por Imparidade (a)	0,00	-50 462,00
Total	34 633,25	73 642,91

- (a) As perdas por imparidade referem-se às rendas de alguns inquilinos, dadas as dificuldades tidas na cobrança dos valores devidos. A Mesa Administrativa está a tentar solucionar estas questões por recurso à via judicial. Em 31 de dezembro de 2020 foi efetuada a reclassificação para a rubrica de "Clientes e Utentes".

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o movimento das imparidades é como segue:

Imparidades	2020	2019
Início período	50 462,00	50 462,00
Aumentos	0,00	0,00
Utilizações	0,00	0,00
Reduções	0,00	0,00
Transferências	-50 462,00	0,00
Final do período	0,00	50 462,00

15.4. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica Diferimentos englobava os seguintes saldos:

Descrição	2020	2019
Gastos a reconhecer:		
Outros	2 090,60	514,02
Total	2 090,60	514,02
Rendimentos a reconhecer:		
Rendas	10 072,11	15 467,77
Outros (a)	1 576 901,79	1 642 361,33
Total	1 586 973,90	1 657 829,10

- (a) O valor de 1.576.901,79 euros, em 31 de dezembro de 2020, constante na rubrica "Outros" em Rendimentos a reconhecer refere-se ao perdão previsto no Plano Especial de Revitalização, a reconhecer em anos futuros, à medida que os pagamentos serão efetuados.

15.5. Outros ativos correntes

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o montante evidenciado nesta rubrica de 4.994,04 refere-se aos ativos financeiros (ações) detidos nos bancos BPI e BCP, valorizados ao custo.

15.6. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de Caixa e Depósitos Bancários, a 31 de dezembro de 2020 e 2019, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2020	2019
Caixa	4 352,72	4 679,62
Depósitos à ordem	209 487,37	186 478,31
Depósitos a prazo	105 003,92	103 383,50
Total	318 844,01	294 541,43

15.7. Fundos Patrimoniais

Nos Fundos Patrimoniais ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-jan-2020	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-dez-2020
Fundos	719 946,63	0,00	0,00	719 946,63
Reservas	243 502,52	0,00	0,00	243 502,52
Resultados transitados	-9 809 230,60	330 614,80	-253 878,61	-9 732 494,41
Excedentes de revalorização	13 397 560,28	0,00	-330 614,80	13 066 945,48
Outras variações nos fundos patrimoniais	818 446,63	1 004 586,00	0,00	1 823 032,63
Resultado líquido do período	-253 878,61	253 878,61	-302 429,62	-302 429,62
Total	5 116 346,85	1 589 079,41	-886 923,03	5 818 503,23

Aplicação de Resultados

A Assembleia Geral Anual, relativa à aprovação de contas do exercício de 2019 deliberou que o Resultado Líquido Negativo do Exercício de 2019, de 253.878,61 euros (Duzentos e Cinquenta e Três Mil e Oitocentos e Setenta e Oito Euros e Sessenta e Um Cêntimos) fosse transferido na sua totalidade para a rubrica de Resultados Transitados.

Excedentes de Revalorização

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de Excedentes de Revalorização, detalha-se como segue:

	Saldo 31-12-2019	Depreciações exercício 2020	Alienações	Saldo 31-12-2020
Terrenos e Recursos Naturais	1 069 992,85	0,00	-82 368,97	987 623,88
Edifícios e Outras Construções	12 327 567,42	-50 921,55	-197 324,28	12 079 321,60
Excedentes Revalorização AFT	13 397 560,27	-50 921,55	-279 693,24	13 066 945,48
Valor Reavaliações Efetuadas	16 262 339,32	-50 921,55	-279 693,24	15 931 724,53

Outras Variações nos Fundos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de Outras Variações no Fundo Patrimonial, refere-se a Doações, como segue:

Doações	2020	2019
Património mobiliário	1 004 586,00	0,00
Dolores Ferreira Tavares	352 445,98	352 445,98
Maria Raquel Cupertino Miranda	271 860,89	271 860,89
Maria Alzira Dias Gonçalves	51 886,69	51 886,69
Legado	41 481,61	41 481,61
Artur Gualberto Rodrigues	30 460,60	30 460,60
Outros	70 310,86	70 310,86
Total	1 823 032,63	818 446,63

15.8. Provisões

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de Provisões, detalha-se como segue:

Descrição	2019	Aumentos	Reversão	2020
Processos judiciais em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

15.9. Fornecedores

O saldo da rubrica de Fornecedores é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2020		2019	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Fornecedores c/c	6 373,48	0,00	206 062,67	587 752,27
Total	6 373,48	0,00	206 062,67	587 752,27

A diminuição dos valores da rubrica de "Fornecedores" em 2020 deve-se à reclassificação dos saldos PER (corrente e não corrente) para a rubrica de "Outros passivos correntes".

15.10. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de Estado e outros Entes Públicos está dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Ativo		
Imposto sobre o Rendimento	0,00	119,77
Retenção Imposto sobre Rendimento	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	4 373,46
Segurança Social	492,50	492,50
Total	492,50	4 985,73
Passivo		
Retenção Imposto sobre Rendimento	9 584,91	7 598,16
Segurança Social	23 920,83	23 393,12
Outros Impostos e Taxas	97,66	100,51
Total	33 603,40	31 091,79

Informa-se que em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Entidade não tem dívidas em mora à Segurança Social nem ao Estado.

15.11. Outros Passivos Correntes

A rubrica de Outros Passivos Correntes desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2020		2019	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Adiantamentos de clientes	1 700,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal	44 263,04	0,00	62 515,76	0,00
Complementos de Reforma	101 494,01	0,00	101 494,01	0,00
Credores por acréscimos de gastos				
Remunerações a pagar	92 507,70	0,00	102 590,08	0,00
Outras operações	31 378,36	0,00	31 230,14	0,00
Fornecedores de Investimentos	0,00	3 275,00	4 202,23	8 404,47
Adiantamentos por conta de vendas	350 000,00	0,00	350 000,00	0,00
Cauções contratos arrendamento/ERPI	60 024,00	0,00	47 520,00	0,00
Outros credores (a)	133 689,22	1 349 867,91	260 293,80	739 985,66
Total	815 056,33	1 353 142,91	959 846,02	748 390,13

(a) Os saldos que se encontravam registados na rubrica de "Fornecedores" referentes às dívidas PER foram transferidos para a rubrica de "Outros Passivos Correntes" em 31 de dezembro de 2020.

15.12. Subsídios, Doações e Legados à Exploração

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a rubrica Subsídios, Doações e Legados à exploração apresentava os seguintes valores:

Descrição	2020	2019
Doações e Heranças		
Donativos	3 042,68	2 982,40
Esmolas Igreja	32 290,93	48 915,20
Subsídios do Estado - Segurança Social		
Lay-off	2 757,23	0,00
Reembolsos Funeral	3 939,31	1 290,00
Total	42 030,15	53 187,60

15.13. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 detalha-se como segue:

Descrição	2020	2019
Subcontratos	176 089,63	159 953,16
Honorários	108 413,44	114 146,51
Trabalhos Especializados	83 721,98	99 154,66
Limpeza, higiene e conforto	38 354,24	8 218,93
Eletricidade	25 777,89	29 379,50
Combustíveis/Gás	16 852,19	14 322,69
Encargos Saúde Utentes	15 676,36	14 223,65
Comunicação	12 986,81	10 934,94
Água	12 973,26	15 474,13
Conservação e reparação	11 325,34	20 593,09
Publicidade e Propaganda	5 945,79	14 746,15
Contencioso e Notariado	4 488,37	1 948,53
Seguros	3 643,57	4 109,49
Material de Escritório	2 629,56	6 368,42
Rendas e alugueres	1 835,11	3 939,88
Destocações e Estadas/Transportes	479,18	4 140,80
Outros	19 324,04	31 457,90
Total	540 516,76	553 112,43

15.14. Outros rendimentos

A rubrica de Outros rendimentos encontra-se em 2020 e 2019 dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Rendas e Outros rendimentos em Investimentos Não Financeiros		
Alienações de imóveis - Mais-valias	105 029,61	0,00
Arrendamento de imóveis	215 994,31	248 466,74
Outros Rendimentos	216,21	0,00
Outros rendimentos		
Correções relativas a períodos anteriores	34 390,28	7 254,30
Perdão PER	307 157,90	71 979,35
Restituição de Impostos	7 033,89	8 238,93
Outros	3 164,61	10,93
Juros de depósitos a prazo	10,51	127,08
Total	672 997,32	336 077,33

15.15. Outros gastos

A rubrica de Outros gastos encontra-se em 2020 e 2019 dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Impostos	4 498,33	8 961,71
Gastos e perdas investimentos não financeiros		
Alienações de imóveis - Menos-valias	0,00	0,00
Abate	0,00	0,00
Outros Gastos	0,00	0,00
Outros Gastos e Perdas		
Correções relativas a períodos anteriores	256 425,36	28 958,53
Multas e Penalidades	1 634,59	715,47
Outros	7 094,85	5 807,17
Total	269 653,13	44 442,88

15.16. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2020 e 2019 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2020	2019
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Resultados financeiros	0,00	0,00

16. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2020 foram aprovadas pela Mesas Administrativa em 3 de maio de 2021.

17. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não são conhecidos outros eventos subsequentes que requeiram ajustamentos e ou divulgações nas demonstrações financeiras. Contudo, acreditamos que não está posto em causa o princípio da continuidade operacional.

18. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Mesa Administrativa propõe que o resultado líquido negativo de 302.429,62 euros (Trezentos e Dois Mil Quatrocentos e Vinte e Nove Euros e Sessenta e Dois Cêntimos) seja transferido na sua totalidade para a rubrica de Resultados Transitados.

Porto, 3 de maio de 2021

O Responsável pela Contabilidade

Dra. Ana Isabel Prista

A Mesa Administrativa

Provedor Rui Manuel Teixeira de Oliveira Barbosa

Vice-Provedor João Ruy Ribas dos Santos

Tesoureiro Maria Gabriela Guimarães Gaifem Ramos

1.º Secretário Francisco Bernardo Almada Lobo

2.º Secretário José Manuel Cardoso Cabral de Menezes